

Washington não intervém na negociação

24 FEV 1987

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero de Washington

Numa atmosfera que um banqueiro descreveu como de "extrema preocupação", os executivos dos catorze bancos que formam o comitê de bancos credores da dívida brasileira reuniram-se na tarde de ontem, durante cerca de duas horas e meia, no trigésimo terceiro andar do Citicorp, em Nova York, para avaliar a decisão do governo brasileiro de suspensão dos pagamentos dos juros dos empréstimos de médio e longo prazo, anunciada pelo presidente José Sarney na sexta-feira.

Segundo uma fonte bem informada, o clima do encontro, embora tranqüilo, porque a medida era esperada, foi dominado pela "consternação causada pelo fato de o governo brasileiro ter escolhido os bancos como alvo exclusivo da suspensão de pagamentos, revelando uma disposição discriminatória em relação a um grupo de parceiros de negócios do País".



William Rhodes

Hoje, o comitê terá seu primeiro encontro com um representante do governo brasileiro, o diretor da Dívida Externa do Banco Central (BC), Antônio de Pádua Seixas. "Nós queremos primeiro ouvir o que eles têm a dizer", afirmou.

Pelas informações disponíveis nos meios financeiros em Nova York, o presidente do BC, Francis-

co Gros, só se reunirá com os banqueiros na quinta ou sexta-feira. Na noite da sexta-feira passada, Gros teve uma demorada conversa telefônica com o presidente e os dois copresidentes do comitê de bancos, William R. Rhodes, do Citicorp, Leighton Coleman, do Morgan, e David Drury, do Lloyds.

O principal item da conversa, segundo uma bem informada fonte bancária, foi a possibilidade, muito temida por vários banqueiros, de que a suspensão de pagamentos provocará um encolhimento drástico das linhas de curto prazo, que só agravará a situação do Brasil e poderá levar o País a adotar remédios ainda mais radicais na frente externa.

"A perda das linhas só não ocorrerá se o Brasil tiver um sólido programa econômico para mostrar. E eu temo que não tenha", afirmou um executivo sênior de um grande banco de Nova York. Essas linhas, cerca de US\$ 15 bilhões do crédito interbancário e comercial, estão garantidas apenas até o final de março, sob o acordo precário que rege os vencimentos da dívida brasileira desde janeiro do ano passado.

Em Washington, o vice-presidente do Federal Reserve Board, Emmanuel Johnson, sinalizou a postura de não envolvimento que o governo americano adotou para indicar sua desaprovção a decisão brasileira, afirmando, durante um almoço de que participou com um grupo de presidentes de caixas de poupança, que o banco central dos Estados Unidos "não tem nenhum papel direto na atual crise da dívida brasileira".

Respondendo a uma pergunta, Johnson afirmou que "não é nosso papel intervir nesses assuntos". Na verdade, intervir nos assuntos relacionados à dívida externa da América

(Continua na página 19)

Chega hoje a Brasília o chefe do subcomitê de assessoramento dos bancos credores da dívida externa brasileira, Douglas Smeed, que faz o acompanhamento trimestral da situação da economia brasileira para os bancos comerciais credores. Smeed esteve no Brasil no início de janeiro.

por Paulo Sotero de Washington (Continuação da 1ª página)

Latina tem sido um dos principais papéis de Paul Volcker como presidente do Fed, desde agosto de 1982, quando a quebra do México precipitou a crise.

Manifestando a desaprovção de forma um pouco mais explícita, o Departamento do Tesouro instruiu seu porta-voz, Robert Levine, a ler uma nota lacônica e aparentemente calculada para desestimular pedidos de apoio político do governo brasileiro. "Lamentamos a decisão temporária que o Brasil tomou e esperamos que essas questões sejam resolvidas no contexto das negociações do Brasil com seus credores privados."

Segundo fontes oficiais, a disposição inicial do Tesouro é "dar um gelo" no governo brasileiro. Essa atitude se explicaria, segundo essas fontes, pelo fato de o Tesouro ter apoiado a proposta de renegociação da dívida oficial brasileira com o Clube de Paris, no mês passado, fazendo vista grossa à regra do envolvimento do Fundo Monetário Internacional e expondo-se, assim, a algum desgaste com os demais países industrializados, "exatamente para evitar que se chegasse a situações de confrontação na crise da dívida".

O embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, disse ontem a este jornal que não tem nenhum contato marcado com altos funcionários da área econômica do governo americano.

As preocupações mais imediatas do comitê de bancos estão ligadas à manutenção das linhas de curto prazo, disseram fontes financeiras.

Vários banqueiros ouviram ontem por este jornal procuraram traçar um contraste entre a fórmula de suspensão de pagamentos adotada pelo governo e a Resolução nº 851, que centralizou o câmbio durante alguns meses, em 1983, quando o Brasil suspendeu os pagamentos.

"Em 1983, o governo deu prioridade aos pagamentos, de acordo com seus interesses, mas sem discriminação a nenhum setor. E nenhum banco chegou a ter pagamentos de juros 'non performing' (com mais de noventa dias de atraso)", afirmou o executivo de um banco. "Agora não. O exportador vai receber, o investidor vai receber. Mas nós não vamos. Isso cheira a chantagem."

Manifestando a mesma opinião, o ocupante de um alto posto na hierarquia de um dos maiores bancos dos EUA disse a este jornal que "Sarney e Funaro estão tentando resolver graves problemas internos do Brasil, que são políticos e econômicos e sobre os quais os

bancos não têm nenhum controle ou impacto, através de uma solução externa".

"Isso me faz lembrar o general Galtieri, na Argentina, que meteu o país numa guerra para tentar resolver seus problemas internos", afirmou. O banqueiro previu que, diante da decisão brasileira, "os credores vão endurecer a espinha e adotar uma atitude mais desafiadora", previu ele.

"Estamos todos desapontados. Não havia razão para o Brasil fazer isso. Se o País de fato ainda tem reservas líquidas, como disse o presidente Sarney, era mais uma razão para sentarmos e conversar, sem fazer esse tipo de declaração", afirmou um banqueiro, procurando resumir o ânimo da comunidade bancária. "Com exceção da atitude tomada pelo governo do Peru, a decisão brasileira é a coisa que mais se aproxima a uma declaração unilateral de suspensão de pagamentos desde o início da crise da dívida."

Rimmer de Vries, o economista-chefe do Morgan Guaranty Trust, afirmou ao Wall Street Journal que não acredita na hipótese de os países devedores agirem de forma articulada. A ameaçadora declaração feita pelo governo de Buenos Aires, na sexta-feira passada, foi interpretada por um outro economista de banco como "retórica latino-americana, que nunca tem maiores consequências".

A fonte assinalou que os países devedores estão hoje em diferentes estágios em suas negociações e descartou a possibilidade de a Argentina, "que tem tido uma conduta responsável", seguir os passos do Brasil.

Bancos dos EUA não esperam crise

O secretário adjunto do Tesouro dos Estados Unidos, Richard Darman, declarou que a recente decisão brasileira sobre a dívida não ameaça provocar uma crise nos bancos norte-americanos.

Indagado no programa de TV MacNeil-Lehrer sobre a ação brasileira, Darman disse: "Os próprios brasileiros frisarão muito bem que pretendem pagar os juros. Esta não é uma moratória fundamental. Não é um anúncio de que não pagarão".

Darman salientou que não acredita que essa seja uma ação final do Brasil, indicando que a recusa a pagar os juros sobre parte de sua dívida externa poderia fazer parte de uma posição negociadora em antecipação a novas conservações de empréstimos com os bancos comerciais. (Reuters)